

PSICOPEDAGOGO E ALGUNS TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR

PSYCHOPEDAGOGUE AND SOME SPECIFIC LEARNING DISORDERS IN THE SCHOOL CONTEXT

Eliane Braz da Silva¹

Wellington Jhonner D. Barbosa da Silva²

Paula Fernandes de Assis Crivello Neves³

Resumo: O campo de atuação do psicopedagogo institucional tem se ampliado significativamente, no contexto atual, no entanto, é na escola que se consolida, historicamente, sua atividade, ao considerar que esse profissional possui como objeto de investigação o processo de ensino/aprendizagem dos alunos e alguns de seus transtornos aprendizagem. Sendo assim, este texto teve como objetivo apresentar discussões acerca da atuação do psicopedagogo no cenário educacional, bem como evidenciar alguns transtornos específicos de aprendizagem, percebidas por ele no lócus escolares. Para tanto, metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica, concentrando-se em estudiosos da área da psicopedagogia, tais como Masini (2006), Bossa (1994; 2000; 2002), Gonçalves (2012), entre outros. Com efeito, percebeu-se que a função do psicopedagogo é muito ampla, mas na escola, ele pode identificar problemas nos métodos de ensino, até mesmo no currículo, atuar em parceria com o pedagogo em sala de aula, propor atividades dinâmicas e lúdicas capazes de possibilitar aprendizagem de alunos com dificuldades de aprendizagem e fazer uso de procedimentos específicos da área em que atua.

Palavras-chave: Psicopedagogo. Atuação. Escola. Distúrbios específicos de aprendizagem.

Introdução

A sociedade vem passando por mudanças em todos os seus aspectos: político, econômico, social, tecnológico, científico, e no campo educacional não poderia ser diferente. A escola, como formadora de cidadãos e cidadãs, comprometida com a formação humana e preparação do sujeito na inserção no mercado de trabalho, também passa por mudanças. Com

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UEG – Universidade Estadual de Goiás, câmpus Luziânia. Pós-graduada em Psicopedagogia institucional. Participante do grupo Gefopi - Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade. E-mail: elianebraz10@gmail.com

² Doutorando em Educação pelo PPGE da UFPR, na linha: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. Mestre em Educação pelo PPGEDUC da UFG-Regional Catalão (2016), na linha: Práticas Educativas, Políticas Educacionais e Inclusão. Graduado em Letras: Português-Inglês pela UEG – Iporá (2011). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Práticas Educativas e Inclusão (NEPPEIn). Professor na Unidade Acadêmica Especial de Educação/Universidade Federal de Catalão-UFCat. E-mail: well.jhonner@gmail.com

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília (PPGE - UnB). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGEDUC - UFG - Regional Catalão). Graduada em Pedagogia pela UFG - Goiânia. Foi professora substituta na Unidade de Educação da UFG-Catalão. E-mail: paulacrivelloneves@gmail.com

efeito, atualmente, busca-se uma educação de qualidade e profissionais preparados para conduzir e ensinar alunos que já nascem conectados a esse mundo e suas tecnologias.

É nesse cenário que se destaca a atuação do psicopedagogo (institucional), o qual tem como um dos papéis de destaque auxiliar a entender o processo de desenvolvimento e aprendizagem de cada aluno/criança. Morais e Torre (2004) afirmam que, diante desse panorama, é necessário um novo olhar sobre o processo de construção do conhecimento. Assim sendo, o psicopedagogo é muito necessário no ambiente escolar.

Considerando o exposto, este texto objetiva: apresentar discussões acerca da atuação do psicopedagogo no cenário educacional, bem como evidenciar alguns dos transtornos específicos de aprendizagem percebidos por ele no lócus escolar. Para tanto, metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica, concentrando-se em estudiosos da área da psicopedagogia, tais como Masini (2006), Bossa (1994; 2000; 2002), Gonçalves (2012), entre outros.

Desta feita, historicamente, segundo Bossa (2002, p. 63), “a questão da formação do psicopedagogo assume um papel de grande importância na medida em que é a partir dela que se inicia o percurso para a formação da identidade desse profissional”. Mas, de acordo com Masini (2006):

A identidade da Psicopedagogia não está ainda bem delimitada como área de estudos, apesar de décadas de existência, no Brasil e na Europa, comprovadas em livros e revistas especializadas”. Permanecem discussões e embates com pares, em meio a mal-entendidos sobre fins, locais, modalidades e recursos de atuação (p. 249).

Nem toda instituição de ensino tem um profissional da área da psicopedagogia. Anteriormente ao surgimento dessa área, após serem detectadas as dificuldades individuais, os alunos eram (e ainda são) direcionados a outros profissionais, como psicólogos, fonoaudiólogos. Muitos professores percebem a necessidade de um trabalho conjunto com outras áreas.

Desta feita, a parceria entre pedagogos e psicopedagogos pode ser uma das possíveis soluções para minimizar problemas relacionados ao processo de desenvolvimento dos alunos e aos transtornos específicos de aprendizagem. Não obstante, muitas vezes as escolas públicas não têm como disponibilizar vagas para atendimento em áreas afins, pois depende da Secretaria de Educação que formaliza a distribuição dessas vagas de acordo com a necessidade de cada escola.

1 Breves considerações sobre o surgimento da psicopedagogia no Brasil

A psicopedagogia surgiu devido à necessidade de atender, mais de perto, às variadas dificuldades e bloqueios apresentados por algumas crianças nos seus processos de aprendizagem, visto que elas teriam dificuldades com os conteúdos ensinados. Muitos profissionais se envolveram com essa questão, professores, psicólogos, médicos, fonoaudiólogos, entre outros (BOSSA, 2001; MASINI, 2006; VISCA, 1991; 2008; SÁ, 2013).

Contudo, para a fase inicial de pesquisa, toda a dificuldade encontrada residia na criança, que era encaminhada para acompanhamento especializado, sem contar com outros fatores que poderiam levar a essa dificuldade. Muito tempo se passou e pesquisas foram sendo feitas até chegar a um fator quando analisaram o papel da escola, se a mesma estava preparada para atender todos os seus alunos, se o seu currículo era adequado, se a formação dos seus professores era de qualidade e as estruturas da escola atendiam as demandas necessárias para o desenvolvimento das crianças. No entanto, foi somente na década de 70 que essa modalidade chegou ao Brasil, sendo, também, neste período que se implantou o curso de formação de especialistas em psicopedagogia com duração de dois anos (BOSSA, 2000).

No início, a psicopedagogia foi subsidiada pela medicina e psicologia, depois, o processo de aprendizagem e desenvolvimento “tornou-se seu objeto de estudo passando a ser vista como conhecimento independente e complementar com recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios” (BOSSA, 2000, p. 21). Durante os estudos de implantação da psicopedagogia, o Brasil recebeu contribuições de profissionais argentinos como Sara Paín, Jacob Feldmann, Ana Maria Muniz, Jorge Visca, entre outros.

Contudo, as dificuldades de aprendizagem, nessa época, eram tratadas como “uma disfunção neurológica denominada de disfunção cerebral mínima (DCM) e serviam para esconder problemas ligados à aprendizagem escolar” (BOSSA, 2000, p. 37). Muitas vezes, antes de chegar ao psicopedagogo, a criança já havia sido examinada por outro profissional indicado pela escola ou até mesmo por iniciativa familiar, preocupada com o seu desenvolvimento lento ou pela sua falta. De acordo com o que diz Silva (1998) o objeto da psicopedagogia era os sintomas das dificuldades, seu objetivo, remediar esses sintomas, tratando a dificuldade como um mau desempenho.

Se, anteriormente, o problema estava apenas na criança, uma análise também foi feita sobre a família, a influência que o meio exerce sobre a criança, além dos distúrbios e

transtornos que a criança possa apresentar. Assim sendo, na perspectiva de um contexto educacional mais amplo, Masini (2006), ao citar Araújo (2002), menciona que “apesar dos investimentos feitos pelos Estados nos últimos vinte anos em capacitação, o retorno no tocante a aprendizagem não foi muito significativo e, entre 32 países, o Brasil, em 2001, ficou em último lugar no Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA)”, (MASINI, 2006, p. 8).

Posteriormente, mais precisamente em 2018, pesquisas revelaram que o país ficou estagnado sempre nas últimas posições em leitura, matemática e ciências, disciplinas avaliadas neste exame. Analisando tal fato, questiona-se, se os alunos com dificuldades de aprendizagem, com distúrbios ou com transtornos participam dessas avaliações. Seria um dos motivos para não haver progresso por menor que fosse. O argentino Jorge Visca foi um dos maiores contribuintes da implantação da Psicopedagogia no Brasil, por ser o criador da Epistemologia Convergente, linha teórica que integra três linhas da Psicologia: Psicogenética de Jean Piaget, Escola Psicanalítica - Freud e a Escola de Psicologia Social de Enrique Pichon Rivière (VISCA, 1991).

Mais recentemente, autores como Souza (2012), Santos (2009), Glat (2007) valorizam os conceitos sobre as dificuldades de aprendizagem, enquanto que autores como Bossa (2002), Sena (2004), Gonçalves (2012) ou Sá (2013) explanam sobre o que é psicopedagogia e como esse profissional deve atuar nas escolas, para proporcionar, ao aluno com dificuldade de aprendizagem, uma maior qualidade na apreensão dos conteúdos e, conseqüentemente, aprenda o que é esperado dele. Educadores como Itart, Pereire, Pestalozzi e Leguin, passam a dedicar-se a crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem devido a fatores diversos, como deficiências.

2 A atuação do psicopedagogo no contexto dos transtornos específicos de aprendizagem

Pensar na educação oferecida a uma criança com transtorno específico de aprendizagem, é ir além da preocupação quanto ao desenvolvimento puramente do raciocínio ou do comportamento, mas problematizar quem é essa criança e quais relações sociais ela vive. Assim:

o novo ponto de vista prescreve que se considere não apenas as características negativas da criança, não só suas faltas, mas também um retrato positivo de sua

personalidade, o qual apresenta, antes de mais nada, um quadro dos complexos caminhos indiretos do desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores é possível somente pelos caminhos do desenvolvimento cultural (VIGOTSKI, 2011, p. 869).

Os professores, juntamente com os psicopedagogos, em suas práticas educativas precisam conhecer as particularidades de cada aluno, para identificar suas possibilidades e dificuldades, e assim favorecer o desenvolvimento, independente da condição que ele apresenta. A mediação pedagógica tem sido uma categoria pensada como constituinte da prática do psicopedagogo, com a construção de diálogo na qual o professor não é o centro do processo com rigidez nas atividades, e nem o aluno assume prática espontaneísta e improvisada nas atividades. As práticas educativas precisam ressaltar a imaginação, a criatividade, alegria, afetividade, reconstrução de modos de viver compreendendo os conflitos da sociedade (BARBOSA, 2010).

Muitas das dificuldades encontradas nos alunos serão percebidas durante o processo de alfabetização ou posterior a essa fase. Algumas crianças são diagnosticadas com dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia e, é nesse contexto que entra o papel da psicopedagogia, campo de atuação que lida com um processo de aprendizagem mais complexo.

O psicopedagogo deve levar em consideração todos os aspectos que envolvem a vida do educando: a família, seu desempenho escolar e social, fazendo uso de procedimento específico da área em que atua e também estudos referentes à pedagogia, a psicologia, à psicanálise, à antropologia e, assim, baseado em suas pesquisas ele poderá identificar qual a dificuldade e de que forma cada aluno aprende. O psicopedagogo deverá estar atento no caso de evasão escolar, ou também de que o aluno possa se sentir fracassado. Fagali (2002) menciona que:

O psicopedagogo precisa trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos, nas diferentes áreas do conhecimento (p. 10).

Sendo assim, é preciso investigar a relação professor-aluno, pois a criança aprende, com cada pessoa, de forma diferente, apesar de esse educando apresentar dificuldade para aprender, por não se relacionar bem com o docente ou por não entender sua metodologia, ou por outros motivos. É interessante, às vezes, que o professor sinta-se um aprendiz também, mas com firmeza e delicadeza poderá averiguar essas dificuldades em tempo hábil para que o aluno não

fique prejudicado em sua aprendizagem. Mas, é nessa perspectiva, que Tanamachi e Moreira (2003) afiançam que:

O psicopedagogo não é um mero “resolvedor” de problemas, mas um profissional que dentro de seus limites e de sua especificidade, pode ajudar a escola a remover obstáculos que se interpõem entre os sujeitos e o conhecimento e a formar cidadãos por meio da construção de práticas educativas que favoreçam processos de humanização e reapropriação da capacidade de pensamento crítico. (p. 43).

Na escola nem sempre os obstáculos são resolvidos somente pelo professor, sendo necessário um estudo mais profundo de cada caso por uma equipe multidisciplinar, entre eles o psicopedagogo, para favorecer que o processo de alfabetização e aprendizagem seja efetivado. Dessa forma, serão apresentados alguns dos transtornos específicos de aprendizagem e suas principais características.

A *dislexia* foi o primeiro transtorno discutido e está relacionado com a aquisição da linguagem. Para alguns estudiosos é considerado um distúrbio que causa dificuldade na linguagem e começa a ser identificado ao final da Educação Infantil e início do processo de alfabetização. Crianças disléxicas apresentam dificuldades para acompanhar o letramento, organizar letras e palavras, até escrever nas linhas é difícil para elas. Caso não sejam diagnosticadas e tratadas corretamente, o processo de ensino ficará prejudicado em todas as áreas de conhecimento. De acordo com a (SESGEG), Secretaria de Estado da Saúde de Governo do Estado de Goiás (2019):

Ao contrário do que muitos pensam a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição socioeconômica ou baixa inteligência. Ela é uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico (p.1).

Para pensar o sujeito, suas relações sociais e suas alterações biológicas é necessário discutir a importância da linguagem para a constituição do homem. Vigotski confere um papel de destaque à linguagem, sendo ela um signo mediador dos conceitos elaborados pela cultura humana.

O desenvolvimento da linguagem serve como paradigma de todo o problema examinado. A linguagem origina-se em primeiro lugar como meio de comunicação entre a criança e as pessoas que a rodeiam. Só depois, convertido em linguagem interna, transforma-se em função mental interna que fornece os meios fundamentais ao pensamento da criança (VIGOTSKI, LURIA, LEONTIEV, 2006, p. 114).

Outra dificuldade encontrada que afeta o desenvolvimento das crianças é a *discalculia* – que apresenta conflitos matemáticos afetando sua habilidade em fazer cálculos. Parolin e Salvador (2002, p. 42) mencionaram que: “é através do cálculo que podemos medir nossos passos, pesar nosso cotidiano, avaliar nossos gastos e quantificar nossas perdas [...]”. E, convém frisar que, segundo Ferreira (2000) o transtorno tem por significado desorganizar, atrapalhar, ou ainda, desarranjar e desordenar os aprendizados matemáticos. Dessa forma, a criança com discalculia, comete erros em contagens, problemas verbais, na compreensão dos números. Esse problema o afetará no cotidiano, não apenas na escola. Essa condição acompanhará o indivíduo por toda a vida, prejudicando as habilidades como interações sociais e gerenciamento de tempo.

A discalculia não é causada por nenhum problema mental, déficits auditivos nem pela má escolarização. Pode ser causada por fatores genéticos, desenvolvimento do cérebro, lesão cerebral (discalculia adquirida) e pelas condições do ambiente (síndrome do álcool fetal), entre outros. (MORARES, s/d; PIMENTA, 2015).

Já a *disgrafia* apresenta-se como distúrbio de escrita das letras e números. Ou seja, alteração funcional no componente motor afetando a qualidade da escrita (TORRES; FERNÁNDEZ, 2001). Segundo os autores, a disgrafia é um derivado dos conceitos “dis” que significa desvio e “grafia” que significa escrita. Ou seja, aluno com disgrafia possui uma letra de tamanho, forma, espaçamento, alinhamento desproporcional, caracteriza-se também, pela lentidão nas atividades ou exercícios inacabados. A disgrafia pode ser de dois tipos: motora (discaligrafia) e perceptiva.

Na primeira, a criança encontra muita dificuldade para escrever letras, palavras e frases mesmo dominando a leitura e a fala, e na segunda, a criança não consegue fazer associações entre o símbolo e a grafia. Ou seja, ela não consegue associar o som ao que escreve. Nesse momento, o apoio da família é muito importante, não rotulando e fazendo o acompanhamento junto a profissionais competentes e, na escola o professor deve observar se a dispersão, a desmotivação e a desorganização desse aluno não é caso de disgrafia.

Esse distúrbio pode atingir todas as classes sociais e se a criança não tiver o apoio necessário tende a se agravar. De acordo com o autor Visca (2008) as causas podem ser várias: neurológica, psicológica, oftalmológica e /ou audiológica. Pode ainda, ser de causa emocional, intelectual, socioeconômicas. Gomez (1998), acrescenta que a disgrafia pode ainda ter causa

emocional, intelectual, e até mesmo socioeconômica, que podem prejudicar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. De acordo com Bastos (2012):

O tratamento requer uma estimulação linguística global e um atendimento individualizado complementar à escola. Os pais e professores devem evitar repreender a criança. (...). Na avaliação escolar dar mais ênfase à expressão oral. Evitar o uso de canetas vermelhas na correção dos cadernos e provas. Conscientizar o aluno de seu problema e ajudá-lo de forma positiva (p.1).

Nesse enfoque, o psicopedagogo deve enfatizar a estimulação linguística global. A escola e os pais devem promover situações de aprendizagem em que a criança utilizará a escrita como pequenos recados, escrita de convites, poesias. Incentivar atividades como contornar figuras, pintar dentro dos limites e ligar pontos, cobrir tracejados, entre outros que o incentivem a um desenvolvimento motor satisfatório.

Em contraposição, a *disortografia* segundo Pereira (2009, p.9) “compreende um modelo de escrita que foge às regras ortográficas determinadas”. Pode ser confundida com dislexia, contudo, são diferentes, uma vez que a criança com dislexia geralmente é disortográfica, enquanto, a disortográfica nem sempre é disléxica.

Os disléxicos apresentam extrema dificuldade em estruturação, organização e produção textual, escrita de frases insatisfatória, não apresenta um vocabulário vasto e muitos erros ao escrever. É uma dificuldade que afeta a qualidade de escrita. Ao perceber os conflitos do aluno torna-se imprescindível que o docente busque adaptar/juntar as habilidades da criança com suas dificuldades para ter resultados efetivos.

Essas dificuldades são compreensíveis até o final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, já que as crianças estão em processo de desenvolvimento e consolidando a relação do som (fonema) e da escrita (grafema) podendo cometer, ainda, certos erros ortográficos. Após esse período, a criança precisará avançar do nível silábico-alfabético para o nível alfabético, e a desordem em sua escrita tende a desaparecer. “A *disortografia* torna difícil esse avanço no processo de escrita quando o aluno não consegue quebrar essa barreira” (FERRERO, 2007, p. 7).

Dessa forma, o diagnóstico da existência da disortografia começa a ser considerado quando existe a certeza de que não se trata de uma questão de natureza pedagógica. A partir do momento em que o docente faz intervenções, com metodologias diferenciadas, voltadas para sanar as dificuldades e o resultado não é o esperado, torna-se necessária a intervenção

especializada que dê a essa criança subsídio de memória visual que posteriormente lhe possibilitarão a escrita ortográfica (PEREIRA, 2009; BOSSA, 2000).

Segundo Bossa (2000), a presença de um psicopedagogo no contexto escolar é essencial, pois ele tem muito a colaborar na escola. A sua intervenção inclui a orientação aos pais, o auxílio aos educadores e à comunidade, ajudar com os projetos que a instituição desenvolve. Até mesmo promover encontros para socializar conhecimentos entre docentes, coordenadores, o administrativo, etc. contribuindo, assim, para o crescimento do processo de ensino/aprendizagem, mediando qualquer empecilho no tocante ao desenvolvimento do aluno.

Em cada caso, o psicopedagogo institucional deve atuar de uma forma específica. Sendo assim, para resolver questões de leitura e escrita, ele irá trabalhar as habilidades metalinguísticas que são definidas como a cognição sobre a linguagem e a autorregulação das atividades psicolinguísticas, todas visando o aprendizado do aluno.

Na visão de Vigotski (2007), um bom ensino deve se antecipar ao desenvolvimento, perdendo qualquer sentido ao se ajustar apenas àquilo que o estudante é capaz de realizar independentemente. Ele explica que a aprendizagem da criança inicia-se desde os primeiros dias de vida, portanto, quando ingressa na escola, o estudante traz uma pré-história, mas que não impõe, necessariamente, uma relação de continuidade com a experiência escolar, podendo haver diferenças, rupturas e novas apropriações/objetivações por processos psíquicos superiores.

A relação entre o processo de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem do homem determina-se, pelo menos por dois níveis: o primeiro é o que se chama de zona de desenvolvimento real (nível de desenvolvimento efetivo) da criança e o segundo seria a zona de desenvolvimento proximal (nível de desenvolvimento potencial/eminentemente), ou seja, a distância entre aquilo que a criança realiza com ajuda e aquilo que ela desenvolve com independência. “A teoria do âmbito de desenvolvimento potencial origina uma fórmula que contradiz exatamente a orientação tradicional: o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento” (VIGOTSKI, LURIA, LEONTIEV, 2006, p. 114).

Portanto, pedagogos, psicopedagogos, gestores e toda equipe escolar precisam trabalhar juntos e se adiantar aos processos de desenvolvimento para a efetivação de um bom ensino. Freire (2003) pontua que o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito”. A leitura desse espaço pressupõe, também, uma releitura da questão das dificuldades de aprendizagem como na resolução de problemas

diversos que o ser humano possa adquirir em meio social ou já nascer com eles, bem como casos de questões cognitivas, afetivas ou adquiridas no percurso ou em vivências familiares, sociais, etc. que se torna relevante o trabalho psicopedagógico.

Considerações

Considerando o exposto, percebeu-se, portanto, que o papel do psicopedagogo é muito importante e contribui, principalmente, junto àqueles alunos que apresentam um grau de dificuldade elevado, no qual o pedagogo não consegue resolver sozinho. O psicopedagogo deverá identificar e procurar solucionar as dificuldades apresentadas vencendo, assim, os desafios da sua área. Cavicchia (2000) pontua em seus estudos que um dos maiores desafios do psicopedagogo, no âmbito escolar, é investigar, analisar, bem como colocar em prática novas propostas, no sentido de possibilitar que os professores possam estabelecer relações mais profícuas e conscientes junto aos alunos e à equipe escolar. Levando sua função além, prestando auxílio aos docentes, criando planos de trabalho para facilitar a aprendizagem e solucionando problemas referentes à evasão e escolar.

No que diz respeito ao apoio às famílias, o psicopedagogo pode contribuir de forma a possibilitar a melhorar o convívio familiar, no sentido escolar, orientando os pais de como proceder com a criança, pois, esse profissional também poderá estimar as necessidades primárias da escola e analisar como ela conduz o processo de ensino e como as famílias enxergam o seu trabalho junto a toda comunidade escolar. Ademais, segundo Bossa (2000), a função do psicopedagogo é muito ampla, mas na escola, ele deve identificar problemas nos métodos de ensino, até mesmo nos currículos escolares, nas relações pessoais, a fim de construir um ambiente favorável entre professores e alunos.

Não obstante, a escola tem mudado e inserido em seu currículo projetos voltados para o atendimento das dificuldades dos alunos. Nos tempos atuais, os alunos não são mais considerados uma “tábula rasa” como antes, pois chegavam à escola “sem nenhum conhecimento” ou pelo menos era o que se pensava. Diante da grande demanda em lidar com crianças com transtornos específicos de aprendizagem, os educadores precisam se adequar às novas formas de pensar e atuar em sala, sendo urgente que renovem seus conhecimentos, invistam em formação continuada e ampliem o seu olhar para essa nova geração de alunos que necessitam de intervenção diferenciada e individualizada.

Contudo, os transtornos de aprendizagem apresentados neste artigo: Dislexia, Disgrafia, Disortográfica, Discalculia, estão por toda parte. É uma realidade encontrada nos mais diversos contextos escolares desde tempos remotos. E, baseada nessa constatação, toda a equipe escolar deve atentar-se para cada pequena dificuldade que as crianças apresentem ao chegar à escola, como também, verificar essas dificuldades nos diversos contextos sociais. Pois, sabendo das dificuldades de cada criança, e o distúrbio que apresenta, a partir desse conhecimento, podem ser criadas, no ambiente escolar, práticas de intervenção pedagógica para as diferentes dificuldades encontradas, procurando sanar ou amenizar, ainda no início, qualquer dificuldade que possa inibir essas crianças ainda em tão tenra idade.

Abstract: The psychopedagogue professional performance area of action has expanded significantly in the current context, however, it is at school that his activity is historically consolidated, considering that the referred professional has the teaching and learning process of students as an object of investigation and some learning disorders related to these. Therefore, this text aims to present discussions about the acting of the psychopedagogue in the educational scenario, as well as to highlight some specific learning disorders perceived by him at school. So it is a bibliographic review, focusing on researchers in psychopedagogy area such as Masini (2006), Bossa (1994; 2000; 2002), Gonçalves (2012), and others. So, it is noticed that the acting of the psychopedagogue is very broad, but at school, this professional is able to identify problems in teaching methods, even in the curriculum, act in partnership with the pedagogue in the classroom, propose dynamic and playful activities capable of enabling students with learning difficulties to learn and implement specific actions in your knowledge area.

Keywords: Psychopedagogue. Proceeding. School. Specific learning disorders.

Referências

BARBOSA, I. G.; Prática pedagógica na Educação Infantil. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010, CDROM.

BOSSA, N, A. **A Psicopedagogia no Brasil:** contribuições a partir da prática. Porto Alegre, artes médias, 1994.

BOSSA, N. A. **Dificuldades de Aprendizagem:** O que são? Como Trata-las? Porto Alegre, Artes Médicas Sul, 2002.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil:** contribuições a partir da prática. Porto Alegre Arte Médicas, 2000.

CAVICCHIA, D. C. Psicopedagogia na instituição educativa: a creche e a pré-escola. In: SISTO, F. F. et al. (Org.). **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 11, p. 196-212.

CÉSARIS, D. M. de. **O Psicopedagogo nas Instituições**. Hoje. Disponível em: <www.psicopedagogiaonline.com.br>. Acesso em: 11/09/2019.

CORREA, J. (2004). **A avaliação da consciência sintática na criança**: uma análise metodológica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (1), pp. 69-75.

FAGALI, E; VALE, Z. **Psicopedagogia Institucional Aplicada**: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula. 7.ed. São Paulo: Vozes, 2002.

FERRAZ, C; SANTOS M. M. **Alfabetização e letramento conceitos e relações**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERRERO, E. **A desestabilização das escritas silábicas**: alternâncias e desordem com pertinência. Disponível em <[HTTP://revistaescola.abril.com.br/fundamental1/desestabilizacao-escritasilabicas-alternancias-desordem-pertinencia-663205.shtml?page=1](http://revistaescola.abril.com.br/fundamental1/desestabilizacao-escritasilabicas-alternancias-desordem-pertinencia-663205.shtml?page=1)>. Acesso em 08/01/2020.

GLAT, R. **Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

GOMBERT, J. Atividades metalinguística e aquisição da leitura. In Maluf (org). **Metalinguagem e Aquisição da escrita**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

GONÇALVES, V.P.L. **O papel do psicopedagogo na instituição escolar**. Publicado em 2012. Disponível em <<http://www.colegiosantamaria.com.br/>>. Acesso em: 23/11/2019.

MASINI, E. F. S. Formação profissional em Psicopedagogia: embates e desafios. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 248-259, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v23n72/v23n72a09.pdf>>. Acessos: 03/02/2020.

MORAES, M. C; TORRE, S. **Sentir pensar**: fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORAES, P. L. "Discalculia, sintomas, causas e tratamento". **Brasil Escola**. Sem Data (s/d). Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/doencas/discalculia.htm>>. Acesso em 01/02/2020.

PAROLIN, I. C. H.; SALVADOR, L. H. S. Odeio matemática: um olhar psicopedagógico para o ensino da matemática e suas articulações sociais. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, n. 59, p. 31-42, 2002.

PEREIRA, R. **Dislexia e disortografia- Programa de intervenção**. Montigo: Humanity Friends book, 2009.

PIMENTA, T. Discalculia: quando a dificuldade com a matemática é um distúrbio de aprendizagem. **Vittude Blog**. Agosto 2017. Disponível em: <<https://www.vittude.com/blog/discalculia-dificuldade-matematica/>>. Acesso em: 08/03/2020.

SÁ, M. S. M. M. **Introdução à psicopedagogia**. Curitiba: IESDE Brasil, 2013.

SANTOS, N. M. **Problematização das dificuldades de aprendizagem**. Londrina: PDE: 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2320-8.pdf>>. Acesso em: 13/01/2020.

Secretaria de Estado da Saúde. Governo do Estado de Goiás. **Dislexia**. Novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.saude.go.gov.br/biblioteca/7590-dislexia.html>>. Acesso em: 20/01/2020.

SENA, C. C. B; CONCEIÇÃO, L. M da; VIEIRA, M. C. **O educador reflexivo: registrando e refletindo**. Recife, Ed. Doxa - 2004.

SILVA, M. C. A. e. **Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica**. 2 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, M. M. **Distúrbios e dificuldades de aprendizagem**. Publicado em 2012. Disponível em <<http://www.institutoconscienciago.com.br/>>. Acesso em: 18/10/2019.

TANAMACHI, E. R., & Meira, M. E. M. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia e Educação. Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), **Psicologia Escolar: práticas críticas** (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TORRES, R.; FERNÁNDEZ, P. Dislexia, Disortografia e Disgrafia. Amadora: McGraw-Hill, 2001.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKI, L. S., LURIA A.R., LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006.

VISCA, J. **Psicopedagogia: novas contribuições; organização e tradução** Andréa Morais, Maria Isabel Guimarães – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica**. Epistemologia Convergente. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

VISCA, J. **O Diagnóstico Operatório na Prática Psicopedagógica**. São José dos Campos: Pulso, 2008.